

Lupo S.A.

Relatório sobre a Revisão das
Informações Contábeis Intermediárias
Consolidadas e Individuais
Referente ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	1
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Demonstrativo de valor adicionado (DVA)	8
Notas explicativas às informações financeiras	9

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Lupo S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Lupo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos períodos de três e/ou seis meses findos em 30 de junho de 2025, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR dos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 30 de junho de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de maio de 2025, 5 de agosto de 2025 e 20 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Ribeirão Preto, 11 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Lupo S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025			30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	343.002	316.071	253.933	243.526	Fornecedores	16	73.985	71.814	39.519	30.151
Contas a receber de clientes	7	390.391	373.695	256.000	257.393	Empréstimos e financiamentos	17	3.659	3.368	3.659	3.368
Estoques	8	463.267	407.197	237.019	199.195	Passivo de arrendamentos	15	14.682	24.402	6.431	16.711
Adiantamento a fornecedores	9	15.835	27.689	9.190	17.466	Salários e férias a pagar	18	49.393	37.490	30.278	24.498
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	44.049	41.594	34.129	32.001	Impostos e contribuições a recolher	19	23.206	17.414	12.467	9.817
Impostos a recuperar	10	28.645	54.981	23.129	38.280	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	249	-	-
Outras contas a receber		13.890	16.791	14.037	22.036	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	9.367	41.600	9.367	41.600
						Outras contas a pagar		14.267	21.830	12.733	19.963
Total do ativo circulante		1.299.079	1.238.018	827.437	809.897	Total do passivo circulante		188.559	218.167	114.454	146.108
Contas a receber de clientes	7	515	548	-	-	Empréstimos e financiamentos	17	45.036	47.871	45.036	47.871
Impostos a recuperar	10	3.283	3.600	3.281	3.598	Passivo de arrendamentos	15	49.750	51.283	1.595	684
Depósitos judiciais	21	6.844	6.491	681	507	Impostos e contribuições a recolher	19	109	138	-	-
Ativo fiscal diferido	11	23.695	17.984	-	-	Dividendos a pagar	23	31.048	29.288	31.048	29.288
						Provisão para perda em investimentos	12	-	-	2.540	681
Total do realizável a longo prazo		34.337	28.623	3.962	4.105	Passivo fiscal diferido	11	42.441	42.692	42.441	42.692
Investimentos	12	142	142	565.935	529.001	Provisão para riscos	21	4.406	4.318	929	-
Imobilizado	13	400.361	412.235	307.226	303.615	Outras contas a pagar		1.951	2.335	1.951	2.250
Intangível	14	108.096	103.318	14.149	9.200						
						Total do passivo não circulante		174.741	177.925	125.540	123.466
		508.599	515.695	887.310	841.816	Total do passivo		363.300	396.092	239.994	269.574
Total do ativo não circulante		542.936	544.318	891.272	845.921	Patrimônio líquido	23				
						Capital social		1.168.151	1.157.453	1.168.151	1.157.453
						Ajuste de avaliação patrimonial		110.770	112.799	110.770	112.799
						Reserva legal		-	8.850	-	8.850
						Reserva para investimento		105.294	107.142	105.294	107.142
						Lucros acumulados		94.500	-	94.500	-
						Total do patrimônio líquido		1.478.715	1.386.244	1.478.715	1.386.244
Total do ativo		1.842.015	1.782.336	1.718.709	1.655.818	Total do passivo e patrimônio líquido		1.842.015	1.782.336	1.718.709	1.655.818

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações de resultados
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado				Controladora			
		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita operacional líquida	24	439.267	767.002	417.594	749.707	265.250	485.704	297.321	562.663
Custos dos produtos vendidos	25	(292.940)	(529.610)	(291.698)	(518.093)	(176.408)	(334.873)	(206.038)	(392.615)
Lucro bruto		<u>146.327</u>	<u>237.392</u>	<u>125.896</u>	<u>231.614</u>	<u>88.842</u>	<u>150.831</u>	<u>91.283</u>	<u>170.048</u>
Outras receitas (despesas) operacionais									
Vendas	26	(64.168)	(113.682)	(63.398)	(119.245)	(35.720)	(65.123)	(42.070)	(76.931)
Administrativas e gerais	27	(26.782)	(50.609)	(27.341)	(51.001)	(19.257)	(36.392)	(20.639)	(38.022)
Perdas esperadas com créditos	7	(1.670)	(4.440)	(2.023)	(4.340)	(916)	(2.415)	(1.294)	(2.408)
Outras receitas operacionais	28	(3.554)	8.626	6.363	19.901	(630)	2.849	4.949	18.345
Outras despesas operacionais	28	<u>720</u>	<u>(4.236)</u>	<u>(8.733)</u>	<u>(18.877)</u>	<u>(1.378)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>(8.025)</u>	<u>(16.323)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial e impostos		<u>50.873</u>	<u>73.051</u>	<u>30.764</u>	<u>58.052</u>	<u>30.941</u>	<u>46.698</u>	<u>24.204</u>	<u>54.709</u>
Receitas financeiras	29	13.762	27.497	10.367	20.441	9.401	18.756	7.659	15.597
Despesas financeiras	29	<u>(7.278)</u>	<u>(13.945)</u>	<u>(6.948)</u>	<u>(13.967)</u>	<u>(3.981)</u>	<u>(8.309)</u>	<u>(4.419)</u>	<u>(8.884)</u>
Financeiras líquidas		<u>6.484</u>	<u>13.552</u>	<u>3.419</u>	<u>6.474</u>	<u>5.420</u>	<u>10.447</u>	<u>3.240</u>	<u>6.713</u>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	12	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.534</u>	<u>35.102</u>	<u>5.508</u>	<u>2.560</u>
Resultado antes dos impostos		<u>57.357</u>	<u>86.603</u>	<u>34.183</u>	<u>64.526</u>	<u>57.895</u>	<u>92.247</u>	<u>32.952</u>	<u>63.982</u>
Imposto de renda e contribuição social:									
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	14	(67)	(4.159)	(13.544)	-	-	(1.733)	(10.317)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	<u>(1.831)</u>	<u>5.962</u>	<u>(2.203)</u>	<u>(127)</u>	<u>(2.355)</u>	<u>251</u>	<u>(3.398)</u>	<u>(2.810)</u>
Lucro líquido do período		<u>55.540</u>	<u>92.498</u>	<u>27.821</u>	<u>50.855</u>	<u>55.540</u>	<u>92.498</u>	<u>27.821</u>	<u>50.855</u>
Resultado por ação	23	0,2811	0,4681	0,1408	0,2574	0,2811	0,4681	0,1408	0,2574

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.**Demonstrações de resultados abrangentes****Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025****(Em milhares de Reais)**

	Consolidado / Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	55.540	92.498	27.821	50.855
Outros resultados abrangentes				
Ganho (Perda) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	1.548	2.220
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	35	(27)	8	3
Resultado abrangente total	<u>55.575</u>	<u>92.471</u>	<u>29.377</u>	<u>53.078</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Reservas					Patrimônio líquido atribuído aos controladores
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva para investimento	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.544	102.833	8.700	137.591	-	1.284.668
Aumento de capital	40.995	-	(8.700)	(32.295)	-	-
Realização do custo atribuído	-	(239)	-	-	239	-
Outros resultados abrangentes						
Ganho com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	2.220	-	-	-	2.220
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	3	-	-	-	3
Lucro líquido do período	-	-	-	-	50.855	50.855
Saldos em 30 de junho de 2025	1.076.539	104.817	-	105.296	51.094	1.337.746
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.157.453	112.799	8.850	107.142	-	1.386.244
Aumento de capital	10.698	-	(8.850)	(1.848)	-	-
Realização do custo atribuído líquido dos efeitos tributários	-	(240)	-	-	240	-
Outros resultados abrangentes						
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	(27)	-	-	-	(27)
Ajuste a valor presente - dividendos a pagar		(1.762)			1.762	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	92.498	92.498
Saldos em 30 de junho de 2026	1.168.151	110.770	-	105.294	94.500	1.478.715

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		92.498	50.855	92.498	50.855
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		28.112	26.563	19.898	19.271
Provisões para riscos		88	(12.242)	929	(12.851)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	11	(5.895)	13.671	(251)	13.127
Variação monetária, cambial e juros		3.529	4.609	2.317	3.419
Provisão para perdas estimadas de liquidação duvidosa	7	4.440	4.340	2.415	2.408
Provisão para perdas de estoques		829	5.801	158	2.354
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	13 e 14	10.878	6.731	(543)	6.069
Equivalência patrimonial	12	-	-	(35.102)	(2.560)
		134.479	100.328	82.319	82.092
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(23.937)	(27.327)	(3.856)	(38.956)
Estoques		(57.638)	(73.775)	(38.720)	(32.557)
Adiantamento a fornecedores		11.854	(4.406)	8.276	(3.687)
Impostos a recuperar		26.653	21.797	15.468	5.558
Outras contas a receber		2.901	(4.256)	7.999	(3.216)
Depósitos judiciais		(353)	(782)	(174)	239
Fornecedores		2.171	16.150	9.368	2.258
Salários e férias a pagar		11.903	15.091	5.780	8.882
Impostos e contribuições a recolher		6.107	(3.736)	2.650	(5.645)
Outras contas a pagar		(7.974)	(8.223)	(7.529)	3.650
		106.166	30.861	81.581	18.618
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(374)	(12.571)	-	(9.276)
Juros pagos - arrendamentos	15	(1.822)	(3.794)	(458)	(2.470)
Juros pagos - empréstimos	17	(2.184)	(2.157)	(2.184)	(2.157)
		101.786	12.339	78.939	4.715
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	13	(23.234)	(29.023)	(21.300)	(23.772)
Aquisição de intangível	14	(5.699)	(3.386)	(5.699)	(3.081)
Investimentos em aquisições	12	-	-	-	(31)
		(28.933)	(32.409)	(26.999)	(26.884)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento					
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal de arrendamento	15	(13.687)	(12.727)	(9.298)	(8.692)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	23	(32.235)	(30.855)	(32.235)	(30.855)
		(45.922)	(43.582)	(41.533)	(39.547)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos					
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa					
		26.931	(63.652)	10.407	(61.716)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		316.071	306.611	243.526	263.875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		343.002	242.959	253.933	202.159
		26.931	(63.652)	10.407	(61.716)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Receitas	909.801	900.517	574.987	684.720
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	905.615	889.537	574.553	673.393
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	(4.440)	(4.340)	(2.415)	(2.408)
Outras receitas	8.626	15.320	2.849	13.735
Insumos adquiridos de terceiros	(492.689)	(425.578)	(307.153)	(342.177)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(340.250)	(276.587)	(228.095)	(246.179)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.815)	(156.483)	(81.219)	(101.889)
Perda / Recuperação de valores ativos	2.376	7.492	2.161	5.891
Valor adicionado bruto	417.112	474.939	267.834	342.543
Retenções				
Depreciação e amortização	(28.112)	(26.646)	(19.898)	(19.354)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	389.000	448.293	247.936	323.189
Valor adicionado recebido em transferência	27.497	20.441	53.858	18.157
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	35.102	2.560
Receitas financeiras	27.497	20.441	18.756	15.597
Valor adicionado total a distribuir	416.497	468.734	301.794	341.346
Distribuição do valor adicionado	416.497	468.734	301.794	341.346
Pessoal	249.961	245.865	151.616	155.789
Remuneração direta	193.186	186.730	115.927	118.084
Benefícios	41.439	43.590	25.297	27.107
FGTS	15.336	15.545	10.392	10.598
Impostos, taxas e contribuições	72.998	155.950	52.074	125.128
Federais	48.233	97.948	38.997	81.162
Estaduais	24.102	57.453	12.845	43.774
Municipais	663	549	232	192
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.040	16.064	5.606	9.574
Juros	7.755	6.025	4.486	3.461
Aluguéis	3.569	2.933	1.749	1.222
Outras	(10.284)	7.106	(629)	4.891
Remuneração de Capitais Próprios	92.498	50.855	92.498	50.855
Lucro retido no período	92.498	50.855	92.498	50.855

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Informações contábeis intermediárias
consolidadas e individuais em
30 de junho de 2026

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)

1 Contexto operacional

A Lupo S.A. (“Companhia”) é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. As informações contábeis individuais compreendem a Companhia (Controladora), e as informações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas (designados conjuntamente como “Companhia e suas controladas” e/ou “Grupo”). A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das subsidiárias na Nota Explicativa nº 2.

Com participação acionária pulverizada, a Companhia não possui controlador final. O controle da Companhia ocorre mediante o exercício de direitos previstos em acordo assinado por acionistas representando 74,42% das ações.

2 Controladas da Companhia

As informações contábeis intermediárias abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, conforme segue:

	Participação acionária	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Controladas diretas		
Scalina Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.	100,00%	100,00%
Leporis S.A.	99,00%	99,00%
Controladas indiretas		
Lupo Nordeste Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Lojas Ltda.	100,00%	100,00%

Scalina Ltda.

Adquirida em novembro de 2016, a sede social da controlada está localizada na Rodovia Washington Luiz, KM 276,5, SP. A Scalina Ltda. tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Têxtil, Unipessoal LDA. (anteriormente denominada VESTLUPO PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA.)

Criada em julho de 2024, a sede da Lupo Têxtil Unipessoal LDA., está localizada na Praceta Henrique Moreira 244, Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral, incluindo exportação e importação desses.

Conforme ato societário realizado em maio de 2025, a Companhia alterou sua razão social de Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA para Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.

Leporis S.A.

Adquirida em janeiro de 2025, a sede social da Leporis S.A. está localizada na Ruta Internacional Py 02 KM 13, Acaray, Ciudad del Este, no Paraguai. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e confecção de produtos de vestuário, exceto vestuário de couro e pele.

Lupo Nordeste Ltda.

Criada em 27 de junho de 1997, a sede social da Lupo Nordeste Ltda. está localizada na Avenida Ibicaraí, 4.530, Itabuna, BA. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Lojas Ltda.

Criada em 12 de março de 2010, a sede social da controlada está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543, Araraquara, SP. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral.

Os saldos de ativos e passivos da controlada “Leporis S.A” e “Lupo Têxtil, Unipessoal Ltda.” localizadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”.

3 Base de preparação e declaração de conformidade

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de março de 2026.

Não houve mudanças em tais políticas e metodologias de cálculo de estimativas. Conforme permitido pelo CPC 21 (R1), a Administração optou por não divulgar novamente os detalhes das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Desta forma, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a fim de permitir aos usuários um melhor entendimento das condições financeiras e de liquidez da Companhia, bem como sua capacidade de geração de lucros e fluxos de caixa.

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

A informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 11 de agosto de 2026. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das informações financeiras consolidadas e individuais, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia declara que não houve alterações significativas nas estimativas e nos julgamentos contábeis críticos desde a data de emissão das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5.1 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Lupo S.A aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais, salvo indicação ao contrário.

a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas informações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Lupo S.A.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais do período findo em 30 de junho de 2026.

A Lupo S.A continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

b) Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Lupo S.A, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Lupo S.A está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Lupo S.A. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Lupo S.A. desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Lupo S.A. não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Lupo S.A. não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Lupo S.A não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:
- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Lupo S.A não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Lupo S.A.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Lupo S.A.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Caixa	182	163	11	11
Saldo bancário	44.576	43.589	42.148	42.457
Aplicação financeira	298.244	272.319	211.774	201.058
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	343.002	316.071	253.933	243.526

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 99% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

Nota	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Contas a receber - no país	373.800	361.122	204.318	200.753
Contas a receber - no exterior	20.635	13.456	18.641	11.033
Contas a receber - partes relacionadas	14.356	13.110	41.621	51.772
Menos:				
Provisão para redução do valor recuperável	(17.885)	(13.445)	(8.580)	(6.165)
	390.906	374.243	256.000	257.393
Ativo circulante	390.391	373.695	256.000	257.393
Ativo não circulante	515	548	-	-

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.445)	(5.263)	(6.165)	(2.523)
Reconhecimento de perda esperada	(4.440)	(8.299)	(2.415)	(3.751)
Baixa de perda esperada	-	117	-	109
	(17.885)	(13.445)	(8.580)	(6.165)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Produtos acabados	249.901	207.770	131.094	104.209
Produtos em elaboração	23.424	27.244	11.327	15.001
Matérias primas e materiais de consumo	189.942	172.183	94.598	79.985
	463.267	407.197	237.019	199.195

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$14.131 (R\$13.302 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, sendo R\$9.640 de matérias primas e R\$4.491 de produtos acabados (R\$8.543 e R\$4.759 respectivamente em 2025), e R\$6.417 (R\$6.259 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, sendo R\$4.160 de matérias primas e R\$2.257 de produtos acabados (R\$3.454 e R\$2.805 respectivamente em 2025) reconhecidos como custo. Na determinação do valor realizável líquido dos estoques, a Companhia considerou uma perda por obsolescência para itens de estoque sem movimentação há mais de treze meses.

As mudanças na provisão para perdas de estoque durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.302)	(12.072)	(6.259)	(5.140)
Reversão/Complemento	(829)	(1.230)	(158)	(1.119)
	<u>(14.131)</u>	<u>(13.302)</u>	<u>(6.417)</u>	<u>(6.259)</u>

9 Adiantamento a fornecedores

		Consolidado		Controladora	
		30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Adiantamento a fornecedores - No país		1.971	9.170	1.199	4.325
Adiantamento a fornecedores - No exterior		13.864	18.519	6.375	11.525
Adiantamento a fornecedores - No exterior - Coligada	20	-	-	1.616	1.616
		<u>15.835</u>	<u>27.689</u>	<u>9.190</u>	<u>17.466</u>

A Companhia e suas controladas, no fluxo normal de suas transações, adquirem contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços. Em 2026, a Companhia e suas controladas realizaram adiantamentos pontuais para garantir algumas condições comerciais. Todas estas transações foram com terceiros não havendo transações com partes relacionadas.

10 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	7.115	17.044	5.980	15.279
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.140	2.220	1.214	1.167
Programa de Integração Social (PIS) (a)	2.561	6.660	2.288	3.873
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	11.926	27.470	10.592	17.961
Outros	4.903	1.587	3.055	-
	<u>28.645</u>	<u>54.981</u>	<u>23.129</u>	<u>38.280</u>
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	3.283	3.600	3.281	3.598
	<u>3.283</u>	<u>3.600</u>	<u>3.281</u>	<u>3.598</u>

- (a) Em 30 de junho de 2026, o saldo é composto basicamente: i) montante remanescente, após atualizações e compensações, de PIS e COFINS, da controlada Lupo Nordeste Ltda., gerado pela exclusão do ICMS de sua base de cálculo, ao qual zerou o saldo (R\$12.274 em 31 de dezembro de 2025); ii) montante remanescente, após atualizações e compensações, de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e *royalties* no valor de R\$12.484 (R\$21.091 em 31 de dezembro de 2025).
- (b) Refere-se a compra de créditos de ICMS já fiscalizados e liberados pela SEFAZ no e-CredAc, através do programa da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (SEFAZ-SP) – ProAtivo, realizado pela controladora.

11 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercícios seguintes.

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Contribuição social a recuperar	11.847	11.059	9.276	8.574
Imposto de renda a recuperar	32.202	30.535	24.853	23.427
	44.049	41.594	34.129	32.001

(ii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados substancialmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativos				
Provisão para perda dos estoques	7.567	4.415	3.265	2.863
Provisão para perdas de créditos esperadas	6.081	4.572	2.917	2.096
Provisões para demandas judiciais	1.580	1.865	368	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	21.902	10.762	10.220	7.246
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	10.495	-	-
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	1.540	1.385	-	-
Total do Ativo	49.418	33.500	17.023	12.579
Passivos				
Provisão sobre o custo atribuído	(600)	(725)	(600)	(725)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(50.082)	(47.562)	(50.082)	(47.562)
Mais valia aquisição investimentos	(328)	(607)	(328)	(595)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	(963)	(388)	(963)	(388)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(16.191)	(8.926)	(7.491)	(6.001)
Total do Passivo	(68.164)	(58.208)	(59.464)	(55.271)
Impostos diferidos líquido	(18.746)	(24.708)	(42.441)	(42.692)
Total apresentado no ativo não circulante	23.695	17.984	-	-
Total apresentado no passivo não circulante	42.441	42.692	42.441	42.692

(iii) Movimentação de ativos e passivos fiscais diferidos durante o período

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2024	Reconhecidos no resultado do período	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2025	Reconhecidos no resultado do período	30 de junho de 2026
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	4.105	1.971	6.076	4.415	3.152	7.567
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.789	1.437	3.226	4.572	1.509	6.081
Provisões para demandas judiciais	7.298	(4.730)	2.568	1.865	(285)	1.580
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.615	21.373	25.988	10.762	11.140	21.902
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	(1.251)	9.244	10.495	-	10.495
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	1.385	155	1.540
Provisão para descontos concedidos	-	199	199	-	-	-
Mais valia aquisição de investimentos	522	(261)	261	-	-	-
Total do Ativo	28.830	18.738	47.568	33.500	15.918	49.418
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	123	(853)	(725)	125	(600)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(2.278)	(45.028)	(47.562)	(2.520)	(50.082)
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(4.847)	2.227	(2.620)	-	-	-
Mais valia aquisição investimentos	(1.334)	364	(970)	(607)	279	(328)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	(388)	(575)	(963)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.300)	(19.301)	(21.601)	(8.926)	(7.265)	(16.191)
Total do Passivo	(52.207)	(18.865)	(71.072)	(58.208)	(9.956)	(68.164)
Impostos diferidos líquido	(23.377)	(127)	(23.504)	(24.708)	5.962	(18.746)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024	Reconhecidos no resultado do exercício	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2025	Reconhecidos no resultado do exercício	30 de junho de 2026
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	1.748	800	2.548	2.863	402	3.265
Provisão para perdas de créditos esperadas	858	782	1.640	2.096	821	2.917
Provisões para demandas judiciais	4.369	(4.001)	368	368	-	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	6.155	8.135	14.290	7.246	2.974	10.220
Provisão para descontos concedidos	-	199	199	-	247	247
Total do Ativo	13.136	5.915	19.051	12.579	4.444	17.023
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	123	(853)	(725)	125	(600)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(2.278)	(45.028)	(47.562)	(2.520)	(50.082)
Mais valia aquisição investimentos	(1.188)	297	(891)	(595)	267	(328)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	(388)	(575)	(963)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(4.578)	(6.867)	(11.445)	(6.001)	(1.490)	(7.491)
Total do Passivo	(49.492)	(8.725)	(58.217)	(55.271)	(4.193)	(59.464)
Impostos diferidos líquido	(36.356)	(2.810)	(39.166)	(42.692)	251	(42.441)

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias;
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas apresentam a seguinte expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

			Consolidado
	Ativo diferido	Passivo diferido	Total dos impostos diferidos
2026	37.724	(17.144)	20.580
2027	816	(193)	623
2028	1.295	(62)	1.233
2029	1.376	(8)	1.368
2030	1.933	-	1.933
Após 2030 (a)	6.274	(50.757)	(44.483)
	49.418	(68.164)	(18.746)

- (a) Referem-se basicamente aos impostos diferidos passivos constituídos sobre os efeitos dos registros do direito de uso, depreciação societária x depreciação fiscal e realização do custo atribuído, as quais são realizadas mediante depreciação e/ou baixa do ativo.

(iv) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	86.603	64.526	92.247	63.982
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(29.445)	(21.939)	(31.364)	(21.754)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	11.935	870
Adições/exclusões permanentes:				
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (a)	41.831	-	25.411	-
Inovação tecnológica (b)	-	7.909	-	6.481
Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	180	-	-
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa não reconhecidos	(8.341)	(1.121)	(6.615)	-
Benefício fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	-	393	-	308
Reconhecimento/realização de IR/CS diferidos sobre mais valia de ativos adquiridos	279	103	267	297
Amortização ágio	1.287	1.287	-	-
Outras adições e exclusões	284	(483)	617	671
	5.895	(13.671)	251	(13.127)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(67)	(13.544)	-	(10.317)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.962	(127)	251	(2.810)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	5.895	(13.671)	251	(13.127)
Alíquota efetiva	-6,81%	21,19%	-0,27%	20,52%

- (a) Refere-se ao benefício fiscal do crédito outorgado/presumido de ICMS tratado como subvenção governamental, excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com base na legislação atual e entendimento firmado no EREsp nº 1.517.492, reafirmado no acórdão proferido pelo STJ no tema nº 1.182, além da sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5001698-21.2024.4.03.6102.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo S/A

A Lupo S.A. usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo, na forma de créditos outorgados do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (“ICMS”). Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, na jurisprudência então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial própria.

Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Diante desse cenário, em março de 2024, a Lupo S.A. impetrou mandado de segurança com o objetivo de assegurar o direito de manter a exclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL. Em julho de 2024, foi proferida sentença favorável ao pleito da Lupo S.A., reconhecendo esse direito. Contudo, até a data-base das presentes informações contábeis intermediárias, a decisão ainda não havia transitado em julgado.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo Nordeste Ltda.

A controlada Lupo Nordeste Ltda. usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA. Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, no entendimento jurisprudencial então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial. Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Diante desse cenário, a Companhia impetrou mandado de segurança com o objetivo de afastar a inclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL, em março de 2024. Em junho de 2025, foi determinado o sobrestamento do feito em razão do tema nº 843 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.

Para ambos os processos, a Administração realizou a análise detalhada à luz do arcabouço contábil vigente, sendo os principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essas situações em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça após a vigência da Lei nº 14.789/2023, a Administração concluiu que é, mais provável sim do que não, que a Companhia e sua controlada possuem o direito de efetuar a exclusão dos créditos outorgados e presumidos de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (“ICMS”) das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) na data de aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e esta conclusão está de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- (b) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica pode excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

(v) Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social não reconhecidos, sem limite prescricional, conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Lupo S.A.	19.455	-
Scalina Ltda	225.553	223.119
Lupo Nordeste Ltda	107.783	106.042
Lupo Lojas Ltda	12.412	11.937
	365.203	341.098

A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido de acordo com a expectativa de sua realização, através de projeções de lucros futuros. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, está reconhecido, no controlada Lupo Nordeste Ltda., o montante de R\$10.495, constituído sobre a base de R\$30.868.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	-	-	563.253	528.178
	142	142	563.395	528.320
Ativo Não Circulante - Investimento	142	142	565.935	529.001
Passivo Não Circulante - Provisão para perda em investimentos	-	-	(2.540)	(681)

b. Movimentação dos saldos – Controlada

	Scalina Ltda. Consolidada		Lupo Têxtil Unipessoal LDA		Leporis S.A.		
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	
Ações/quotas possuídas	512.339.874	512.339.874	1	1	99	99	
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	99%	99%	
Balanco							
Capital social	581.973	581.973	59	59	39	34	
Ativo	676.904	651.606	662	960	14.472	1.867	
Passivo	164.088	201.198	1.512	1.226	16.161	1.843	
Patrimônio líquido	512.816	450.408	(850)	(266)	(1.689)	24	
	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	
Resultado							
Receita Líquida	317.614	368.983	171	107	6.661	-	
Despesas e custos	(286.391)	(365.596)	(460)	(383)	(8.137)	(7)	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	5.711	(544)	-	-	(67)	-	
Resultado do exercício	36.934	2.843	(289)	(276)	(1.543)	(7)	Total
Valor contábil do investimento no início do período	528.859	500.543	(620)	7	(61)	-	528.178
Resultado da equivalência patrimonial	36.934	2.843	(289)	(276)	(1.543)	(7)	35.102
Investimento no final do período	565.793	503.386	(909)	(269)	(1.604)	(7)	563.280
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	31	-
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	-	58	3	(85)	-	(27)
Valor contábil do investimento no final do período	565.793	503.386	(851)	(266)	(1.689)	24	563.253

13 Imobilizado

	Consolidado										
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	468.540	15.929	2.117	12.902	103.628	18.012	26.669	2.854	159.615	810.335
Adições	-	19.193	1.509	3	251	46	1.603	-	6.418	1.494	30.517
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	-	-	-	-	-	-	(2.658)	-	-	-	(2.658)
Alienações	-	(5.378)	-	-	-	-	(5.891)	-	(458)	-	(11.727)
Transferências	-	1.123	-	-	-	5.423	(6.546)	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2025	69	483.478	17.438	2.120	13.153	109.097	4.520	26.669	8.814	161.109	826.467
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69	513.660	16.943	2.120	13.312	110.615	5.337	26.669	15	165.180	853.920
Adições	-	14.942	350	28	277	49	6.289	-	1.299	4.476	27.710
Alienações	-	(24.427)	(137)	-	(4)	-	-	-	-	(2.254)	(26.822)
Transferências	-	1.314	-	-	-	-	-	-	(1.314)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	69	505.489	17.156	2.148	13.585	110.664	11.626	26.669	-	167.402	854.808
Depreciação:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(268.699)	(10.424)	(1.843)	(9.914)	(17.930)	-	(19.921)	-	(71.239)	(399.970)
Depreciação do período	-	(8.628)	(448)	(44)	(552)	(804)	-	(533)	-	(12.823)	(23.832)
Amortização Mais Valia	-	(106)	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)
Alienações	-	5.200	-	-	-	-	-	-	-	-	5.200
Saldo em 30 de junho de 2025	-	(272.233)	(10.872)	(1.887)	(10.466)	(18.734)	-	(20.454)	-	(84.062)	(418.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(279.863)	(11.338)	(1.928)	(11.002)	(19.687)	-	(20.988)	-	(96.879)	(441.685)
Depreciação do período	-	(9.465)	(469)	(34)	(526)	(953)	-	(533)	-	(13.687)	(25.667)
Amortização Mais Valia	-	(785)	-	-	-	-	-	-	-	-	(785)
Alienações	-	11.748	41	-	1	-	-	-	-	1.900	13.690
Saldo em 30 de junho de 2026	-	(278.365)	(11.766)	(1.962)	(11.527)	(20.640)	-	(21.521)	-	(108.666)	(454.447)
Valor líquido contábil:											
Saldo residual em 31/12/2025	69	233.797	5.605	192	2.310	90.928	5.337	5.681	15	68.301	412.235
Saldo residual em 30/06/2026	69	227.124	5.390	186	2.058	90.024	11.626	5.148	-	58.736	400.361
Taxas anuais de depreciação	-	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	4,00%	-		

	Controladora								
	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>321.816</u>	<u>9.696</u>	<u>868</u>	<u>8.662</u>	<u>103.629</u>	<u>16.055</u>	<u>2.854</u>	<u>88.799</u>	<u>552.379</u>
Adições	15.851	547	3	156	46	1.209	5.960	2	23.774
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	-	-	-	-	-	(2.658)	-	-	(2.658)
Alienações	(3.785)	-	-	-	-	(5.891)	-	-	(9.676)
Transferências	52	-	-	-	5.423	(5.475)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>333.934</u>	<u>10.243</u>	<u>871</u>	<u>8.818</u>	<u>109.098</u>	<u>3.240</u>	<u>8.814</u>	<u>88.801</u>	<u>563.819</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>358.634</u>	<u>10.308</u>	<u>871</u>	<u>8.953</u>	<u>110.604</u>	<u>3.791</u>	<u>15</u>	<u>90.196</u>	<u>583.372</u>
Adições	13.174	266	28	259	49	6.225	1.299	2.078	23.378
Alienações	(8.272)	-	-	-	-	-	-	(1.900)	(10.172)
Transferências	1.314	-	-	-	-	-	(1.314)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>364.850</u>	<u>10.574</u>	<u>899</u>	<u>9.212</u>	<u>110.653</u>	<u>10.016</u>	<u>-</u>	<u>90.374</u>	<u>596.578</u>
Depreciação:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(163.862)</u>	<u>(6.713)</u>	<u>(712)</u>	<u>(6.298)</u>	<u>(16.358)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(58.496)</u>	<u>(252.439)</u>
Depreciação do exercício	(5.481)	(267)	(23)	(492)	(804)	-	-	(8.692)	(15.759)
Amortização Mais Valia	(874)	-	-	-	-	-	-	-	(874)
Alienações	3.607	-	-	-	-	-	-	-	3.607
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>(166.610)</u>	<u>(6.980)</u>	<u>(735)</u>	<u>(6.790)</u>	<u>(17.162)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(67.188)</u>	<u>(265.465)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(170.432)</u>	<u>(7.250)</u>	<u>(755)</u>	<u>(7.261)</u>	<u>(18.115)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(75.944)</u>	<u>(279.757)</u>
Depreciação do exercício	(6.629)	(275)	(13)	(458)	(952)	-	-	(9.298)	(17.625)
Amortização Mais Valia	(785)	-	-	-	-	-	-	-	(785)
Alienações	6.915	-	-	-	-	-	-	1.900	8.815
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>(170.931)</u>	<u>(7.525)</u>	<u>(768)</u>	<u>(7.719)</u>	<u>(19.067)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(83.342)</u>	<u>(289.352)</u>
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2025	188.202	3.058	116	1.692	92.489	3.791	15	14.252	303.615
Saldo residual em 30/06/2026	193.919	3.049	131	1.493	91.586	10.016	-	7.032	307.226
Taxas anuais de depreciação	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	-		

Garantia

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Para o período findo em 30 de junho de 2026 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

14 Intangível

	Consolidado				
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Ágio na aquisição de controlada	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.811	3.165	91.085	-	139.061
Adições	1.994	282	-	1.110	3.386
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	-	-	-	2.658	2.658
Baixas	-	(204)	-	-	(204)
Saldo em 30 de junho de 2025	46.805	3.243	91.085	3.768	144.901
Saldo em 31 de dezembro de 2025	48.487	3.243	91.085	5.362	148.177
Adições	-	-	-	5.699	5.699
Saldo em 30 de junho de 2026	48.487	3.243	91.085	11.061	153.876
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(39.156)	(1.792)	-	-	(40.948)
Amortização	(1.858)	(136)	-	-	(1.994)
Saldo em 30 de junho de 2025	(41.014)	(1.928)	-	-	(42.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(42.773)	(2.086)	-	-	(44.859)
Amortização	(763)	(158)	-	-	(921)
Saldo em 30 de junho de 2026	(43.536)	(2.244)	-	-	(45.780)
Valor líquido contábil:					
Saldo residual em 31/12/2025	5.714	1.157	91.085	5.362	103.318
Saldo residual em 30/06/2026	4.951	999	91.085	11.061	108.096
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	-	

	Controladora			
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.498	1.666	-	30.164
Adições	1.971	-	1.110	3.081
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	-	-	2.658	2.658
Saldo em 30 de junho de 2025	30.469	1.666	3.768	35.903
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32.150	1.666	5.362	39.178
Adições	-	-	5.699	5.699
Saldo em 30 de junho de 2026	32.150	1.666	11.061	44.877
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.746)	(1.638)	-	(26.384)
Amortização	(1.849)	-	-	(1.849)
Saldo em 30 de junho de 2025	(26.595)	(1.638)	-	(28.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(28.340)	(1.638)	-	(29.978)
Amortização	(750)	-	-	(750)
Saldo em 30 de junho de 2026	(29.090)	(1.638)	-	(30.728)
Valor líquido contábil:				
Saldo residual em 31/12/2025	3.810	28	5.362	9.200
Saldo residual em 30/06/2026	3.060	28	11.061	14.149
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	

Os ativos intangíveis são demonstrados ao valor de custo deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas.

A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos intangíveis.

Provisão para impairment

O *goodwill* é avaliado por *impairment* anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

Não houve atualizações no estudo em junho de 2026 em função da ausência indícios de *impairment* nos ativos avaliados.

15 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos preveem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedida de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia e suas controladas são as arrendatárias são apresentadas a seguir:

a. Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

(i) Composição da movimentação

Consolidado							
	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas
Custo:							
Imóveis	158.580	1.492	2	160.074	164.068	3.520	(1.351)
Veículos	1.035	-	-	1.035	1.226	956	(903)
	159.615	1.492	2	161.109	165.294	4.476	(2.254)
Depreciação:							
Imóveis	(70.598)	(12.660)	-	(83.258)	(96.017)	(13.478)	997
Veículos	(641)	(163)	-	(804)	(976)	(209)	903
	(71.239)	(12.823)	-	(84.062)	(96.993)	(13.687)	1.900
Saldo Líquido							
Imóveis	87.982			76.816	68.051		
Veículos	394			231	250		
	88.376			77.047	68.301		

Controladora							
	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas
Custo:							
Imóveis	87.764	-	2	87.766	88.970	1.122	(997)
Veículos	1.035	-	-	1.035	1.226	956	(903)
	88.799	-	2	88.801	90.196	2.078	(1.900)
Depreciação:							
Imóveis	(57.855)	(8.529)	-	(66.384)	(74.968)	(9.089)	997
Veículos	(641)	(163)	-	(804)	(976)	(209)	903
	(58.496)	(8.692)	-	(67.188)	(75.944)	(9.298)	1.900
Saldo Líquido							
Imóveis	29.909			21.382	14.002		
Veículos	394			231	250		
	30.303			21.613	14.252		

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

b. Passivo de arrendamento

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado um componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento. As contraprestações são atualizadas anualmente pelo índice correspondente em cada contrato.

A taxa média obtida no consolidado é de 12,19% a.a. em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e na controladora de 7,8% a.a. em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas em virtude da atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

(i) Composição da movimentação

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2025	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	30 de junho de 2026
Imóveis	74.407	3.520	(1.351)	(13.478)	2.022	(2.711)	-	62.409
Veículos	1.278	956	(903)	(209)	12	889	-	2.023
	75.685	4.476	(2.254)	(13.687)	2.034	(1.822)	-	64.432
Total apresentado no passivo circulante	24.402							14.682
Total apresentado no passivo não circulante	51.283							49.750
	31 de dezembro de 2024	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	30 de junho de 2025
Imóveis	95.718	1.492	-	(12.564)	3.312	(3.789)	2	84.171
Veículos	1.423	-	-	(163)	7	(5)	-	1.262
	97.141	1.492	-	(12.727)	3.319	(3.794)	2	85.433
Total apresentado no passivo circulante	26.721							27.744
Total apresentado no passivo não circulante	70.420							57.689

(ii) Estimativa de liquidação

	Consolidado		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento
2026	11.774	(1.766)	10.008
2027	12.400	(3.067)	9.333
2028	11.999	(2.490)	9.509
2029	11.219	(1.902)	9.317
2030	10.473	(1.312)	9.161
2031	10.435	(705)	9.730
2032 - 2056	7.824	(450)	7.374
Saldo em 30 de junho de 2026	76.124	(11.692)	64.432

	Controladora		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento
2026	6.003	(69)	5.934
2027	934	(63)	871
2028	559	(35)	524
2029	89	(28)	61
2030	38	(23)	15
2031	38	(23)	15
2032 - 2056	915	(309)	606
Saldo em 30 de junho de 2026	8.576	(550)	8.026

16 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Fornecedores mercado interno		61.945	68.755	33.446	27.428
Fornecedores mercado externo		11.771	2.954	419	527
Fornecedores - Partes Relacionadas	20	269	105	5.654	2.196
		73.985	71.814	39.519	30.151

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Consolidado e Controladora	
					30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
					Valor contábil	Valor contábil
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	70% x CDI a.a.	mar/29	48.695	51.239
Total de passivos com incidência de juros					48.695	51.239
Circulante					3.659	3.368
Não circulante					45.036	47.871

Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

	Consolidado e Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ano de vencimento:		
2027	15.012	15.957
2028	15.012	15.957
2029	15.012	15.957
	45.036	47.871

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2025	Juros Provisionados	Juros Pagos	Variação Cambial	Baixa de Principal	30 de junho de 2026
Capital de giro	51.239	2.474	(2.184)	(2.834)	-	48.695
	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2024	Juros Provisionados	Juros Pagos	Variação Cambial	Baixa de Principal	30 de junho de 2025
Capital de giro	66.410	3.084	(2.157)	(7.043)	-	60.294

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas não financeiras existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato; e
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP.

18 Salários e férias a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários e Ordenados a Pagar	10.511	9.460	5.960	5.942
Provisão PPR	4.941	4.035	4.018	3.987
Provisão de férias	33.941	23.995	20.300	14.569
	<u>49.393</u>	<u>37.490</u>	<u>30.278</u>	<u>24.498</u>

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
ICMS	1.083	935	-	-
Previdência social a recolher	15.899	10.549	8.793	6.258
FGTS a recolher	4.052	3.328	2.750	1.916
COFINS a recolher	498	196	-	-
IRRF a recolher	660	1.341	452	1.103
PIS a recolher	107	43	-	-
ISS a recolher	54	48	30	27
Parcelamentos - PIS/COFINS	182	310	-	-
Outros	780	802	442	513
	<u>23.315</u>	<u>17.552</u>	<u>12.467</u>	<u>9.817</u>
Passivo circulante	23.206	17.414	12.467	9.817
Passivo não circulante	109	138	-	-

20 Partes relacionadas

	Nota	Consolidado			
		30 de junho de 2026		31 de dezembro de 2025	
		Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	91	1	111	-
Diversos	(iv)	14.265	62.666	12.999	125.787
Total do ativo	10	<u>14.356</u>	<u>62.667</u>	<u>13.110</u>	<u>125.787</u>
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(100)	(338)	(105)	(970)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(125)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(169)	(1.375)	-	(496)
	19	<u>(269)</u>	<u>(1.838)</u>	<u>(105)</u>	<u>(1.550)</u>
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	<u>(221)</u>	<u>(3.030)</u>	<u>(441)</u>	<u>(4.647)</u>
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	<u>(29.120)</u>	<u>(13.600)</u>	<u>(41.495)</u>	<u>(6.544)</u>
		<u>(29.610)</u>	<u>(18.468)</u>	<u>(42.041)</u>	<u>(12.741)</u>
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		<u>(40.415)</u>	-	<u>(70.888)</u>	-
Total do passivo		<u>(70.025)</u>	<u>(18.468)</u>	<u>(112.929)</u>	<u>(12.741)</u>

Lupo S.A.

		Controladora			
		30 de junho de 2026		31 de dezembro de 2025	
		Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	88	1	82	-
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	11.709	22.918	25.209	169.186
Scalina Ltda	(ii)	1.001	1.979	2.404	7.023
Lupo Lojas Ltda	(ii)	14.418	9.478	14.270	19.171
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		386	72	412	255
Leporis S.A.		3.839	2.340	979	664
Diversos	(iv)	10.178	46.484	8.414	94.966
		41.619	83.272	51.770	291.265
Aluguéis a receber					
Scalina Ltda		2	15	2	22
10		41.621	83.287	51.772	291.287
Crédito coligadas					
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		1.092	-	970	-
Scalina Ltda		-	-	5.260	-
Leporis S.A.		3.118	-	3.311	-
		4.210	-	9.541	-
Total do ativo		45.831	83.287	61.313	291.287
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(43)	(248)	(14)	(778)
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	(1.574)	(2.455)	(1.976)	(62.931)
Scalina Ltda	(ii)	(3.868)	(2.857)	(206)	(70.293)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(125)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(169)	(1.375)	-	(496)
19		(5.654)	(7.060)	(2.196)	(134.582)
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	(221)	(3.030)	(441)	(4.647)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	(5.474)	(10.990)	(20.498)	(10.689)
		(11.349)	(21.080)	(23.135)	(149.918)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(40.415)	-	(70.888)	-
Total do passivo		(51.764)	(21.080)	(94.023)	(149.918)

(i) Comercial Lupo S.A.

Os saldos a receber da Comercial Lupo S.A., empresa coligada da Lupo S.A., referem-se, à venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., e os saldos a pagar para a Comercial Lupo S.A., referem-se a aluguéis e serviços de hotelaria.

(ii) Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda.

Referem-se basicamente aos serviços prestados/contratados e à venda/compra de produtos.

(iii) Lupo Administração e Participações Ltda.

As contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se aos aluguéis dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda., mantêm suas operações industriais.

(iv) Acionistas, familiares e contratados da Companhia

O saldo a receber de diversos refere-se à venda de produtos, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros, para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas e familiares de acionistas, que representam, 161 lojas, e para contratados da Companhia, que representam 20 lojas. Essas transações respeitam todas as regras e condições comerciais de franquias, incluindo a de concentração, na qual é definido que o máximo de lojas por franqueado não pode ultrapassar 5% em quantidade de lojas ou valor de faturamento em reais, o que ocorrer primeiro. A participação do grupo familiar pode alcançar, no máximo 28% do faturamento da rede de franquias do Grupo Lupo, reservando-se 2% para novos entrantes, totalizando 30%.

Adicionalmente, na data base, não há inadimplência ou saldos vencidos com as referidas partes relacionadas.

(v) Daniela Lupo Stella

Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo.

(vi) Ytoara - Engenharia e Comercio Ltda

A empresa na qual o acionista Alisson Oliveira Gadelha é funcionário, realiza serviços de manutenção civil.

(vii) Conselheiros de Administração / Diretoria

Remuneração aprovada em Assembleia, dos acionistas Carlos Dinucci, Elvio Lupo Júnior e Ricardo Lupo e Liliana Aufiero, que integram o Conselho de Administração.

Adicionalmente, existem transações referente a: i) contratação de seguros, que são intermediadas pela corretora Building Corretora de Seguros Ltda., administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina; ii) retirada de parte dos resíduos de produção, sem valor comercial, pela Wolf Reciclagens Ltda.-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e os Conselheiros Administrativos que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos Administradores benefícios de curto prazo (salários e participação nos lucros, a qual é distribuída de forma indistinta a todos os funcionários, assistência médica, entre outros), os montantes apresentados abaixo:

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários e honorários	5.919	13.201
Gratificação	-	372
Participação nos lucros	6	14
Benefícios	26	52
	<u>5.951</u>	<u>13.639</u>

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21 Provisão para riscos

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias e trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora	
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.766	3.738	18.504	12.851	12.851
(Reversões) complemento	(12.851)	609	(12.242)	(12.851)	(12.851)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.915	4.347	6.262	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.915	2.403	4.318	-	-
(Reversões) complemento	535	(447)	88	929	929
Saldo em 30 de junho de 2026	2.450	1.956	4.406	929	929

Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se basicamente a autuação fiscal para a cobrança de “adicional de GILRAT (Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial 25 anos – empresas em geral”, referente ao exercício de 2018. Em março de 2025, após análise e entendimento dos advogados, ocorreu a alteração da classificação de provável de perda para possível de perda, ocasionando a reversão da provisão em sua totalidade, motivo da reversão no saldo.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado na controladora de R\$71.377 (R\$63.264 em 31 de dezembro de 2025) e no consolidado de R\$78.696 (R\$66.889 em 31 de dezembro de 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue a composição das contingências segundo a sua natureza:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Contingências possíveis:				
Cíveis	3.801	3.790	3.728	3.720
Trabalhistas	7.943	4.729	7.666	4.717
Tributárias:				
Créditos de ICMS sobre uso e consumo (a)	15.435	14.610	15.435	14.610
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (b)	19.549	18.611	19.549	18.611
Auto infração previdenciário (c)	24.999	21.606	24.999	21.606
Outras	6.968	3.543	-	-
	78.695	66.889	71.377	63.264

- (a) **Auto de Infração nº. 005.050.480-0 – Créditos de ICMS sobre uso e consumo:** Trata-se, originariamente, de Auto de Infração e Imposição de Multa, em razão de suposto cometimento de infrações relativas à apropriação de créditos de ICMS. Em 4 de setembro de 2024, a Companhia apresentou impugnação demonstrando que a apropriação de créditos não teve por objeto bens para uso e consumo próprio do estabelecimento, mas sim produtos intermediários diretamente empregados no processo produtivo – inclusive itens que entram em contato direto com a mercadoria final, razão pela qual o creditamento seguiu os estritos ditames legais. Em 14 de fevereiro de 2025, foi proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação e imposição de multa, bem como reconhecendo a quitação parcial do débito. Em 14 de março de 2025, foi interposto Recurso Ordinário, admitido em 30 de abril de 2025. As contrarrazões fazendárias foram apresentadas em 18 de junho de 2025. Em 30 de junho de 2026, o processo aguarda julgamento.
- (b) **Saldo Negativo de IRPJ/CSLL 2019 – Momento da Tributação dos créditos reconhecidos na ação nº 0011076-52.2012.403.6120:** Em 2019, foi ajuizado o Mandado de Segurança nº5003632-33.2019.4.03.6120, no qual foi proferida sentença reconhecendo que a tributação dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0011076-52.2012.4.03.6120 deve ocorrer apenas no momento da transmissão dos PER/DCOMPs. Em 7 de novembro de 2025, foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região negando provimento à apelação fazendária e confirmando a sentença. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional.
- (c) **Auto de Infração Previdenciário – Processo nº. 15746.720885/2022-34:** Trata-se de cobrança de contribuição adicional do RAT para financiamento da aposentadoria especial e divergências/insuficiência de recolhimento da CPRB, ambas referentes ao exercício de 2018. Em 20 de outubro de 2022, foi certificada a alocação dos pagamentos realizados a título de divergência de contribuição da empresa – informação indevida de ajuste de CPRB em GFIP.

Em 29 de dezembro de 2025, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, mantendo-se em parte o crédito tributário lançado (CPRB reduziu de R\$2.781 para R\$2.494 e RAT reduziu de R\$5.195 para R\$3.269). Em 4 de fevereiro de 2026, a Companhia interpôs Recurso Voluntário direcionado ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para questionar o valor remanescente. Atualmente os autos encontram-se no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do recurso voluntário.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro de 2025	(Reversão) / Complemento	30 de junho de 2026
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	1.339	409	1.748
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	5.152	(56)	5.096
	<u>6.491</u>	<u>353</u>	<u>6.844</u>
Descrição	31 de dezembro de 2024	(Reversão) / Complemento	30 de junho de 2025
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.609	(110)	3.499
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	3.840	892	4.732
	<u>7.449</u>	<u>782</u>	<u>8.231</u>

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro de 2025	(Reversão) / Complemento	30 de junho de 2026
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	430	230	660
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	77	(56)	21
	<u>507</u>	<u>174</u>	<u>681</u>

Descrição			
	31 de dezembro de 2024	(Reversão) / Complemento	30 de junho de 2025
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	649	(239)	410
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	71	-	71
	<u>720</u>	<u>(239)</u>	<u>481</u>

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo		
	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
30 de junho de 2026					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	343.002	343.002	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	404.796	404.796	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(73.985)	(73.985)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(48.695)	(48.695)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(40.415)	(40.415)	-	-	-
Outras contas a pagar	(16.218)	(16.218)	-	-	-
	Valor contábil		Valor justo		
	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	316.071	316.071	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	391.034	391.034	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(71.814)	(71.814)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	(51.239)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(70.888)	(70.888)	-	-	-
Outras contas a pagar	(24.165)	(24.165)	-	-	-

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
		Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
	30 de junho de 2026				Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		253.933	253.933	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber		270.037	270.037	-	-
Passivos					
Fornecedores		(39.519)	(39.519)	-	-
Empréstimos e financiamentos		(48.695)	(48.695)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(40.415)	(40.415)	-	-
Outras contas a pagar		(14.684)	(14.684)	-	-
		Valor contábil		Valor justo	
		Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
	31 de dezembro de 2025				Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		243.526	243.526	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber		279.429	279.429	-	-
Passivos					
Fornecedores		(30.151)	(30.151)	-	-
Empréstimos e financiamentos		(51.239)	(51.239)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(70.888)	(70.888)	-	-
Outras contas a pagar		(22.213)	(22.213)	-	-

b. Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

No período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Este valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

C. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gestão de risco, e sua gestão de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de oito meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas quando disponíveis e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização, e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 365 dias. A companhia baixou créditos no consolidado e na controladora, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é de R\$17.885 em 30 de junho de 2026 (R\$13.445 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, e R\$8.580 em 30 de junho de 2026 (R\$6.165 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Contas a receber - à vencer	335.788	319.450	218.978	220.759
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	23.595	18.879	15.049	10.770
De 31 a 60 dias	4.856	11.312	1.992	7.976
De 61 a 90 dias	4.239	3.886	3.007	2.636
De 91 a 180 dias	13.386	5.978	11.076	4.445
Acima de 181 dias	9.042	14.738	5.898	10.807
	390.906	374.243	256.000	257.393

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que haja sempre liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

30 de junho de 2026	Consolidado				
	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	73.985	73.985	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	48.695	-	3.659	-	45.036
Passivo de arrendamentos	64.432	5.887	5.887	12.400	51.950
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	40.415	9.367	-	17.502	19.842
Outras contas a pagar	16.218	14.267	-	1.951	-
31 de dezembro de 2025					
	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	71.814	71.814	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	75.685	14.314	14.314	11.765	49.365
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	24.165	21.830	-	2.335	-
30 de junho de 2026	Controladora				
	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	39.519	39.519	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	48.695	-	3.659	-	45.036
Passivo de arrendamentos	8.026	3.002	3.002	934	1.639
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	40.415	9.367	-	17.502	19.842
Outras contas a pagar	14.684	12.733	-	1.951	-
31 de dezembro de 2025					
	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	30.151	30.151	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	17.395	8.653	8.653	520	178
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	22.213	19.963	-	2.250	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e que não estejam designados para *hedge accounting*.

Instrumento Financeiro	Fator de Risco	Consolidado - 30 de junho de 2026		Controladora - 30 de junho de 2026	
		Impactos no resultado Cenário provável - 0,46%		Impactos no resultado Cenário provável - 0,46%	
		US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.987	96	2.600	62
Fornecedores	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(2.274)	(53)	(571)	(13)

A exposição cambial, refere-se basicamente a curva de risco cambial projetada do dólar, o impacto no resultado foi calculado com uma variação de 0,46%, com base na Estrutura Temporal das Taxas de Juros (ETTJ) e cupom cambial (DDI) na B3.

Risco de taxa juros

A Companhia, possui seus empréstimos contratados indexados a taxas pós-fixadas, em moeda estrangeira, a Companhia entende que as flutuações das taxas de juros são mitigadas parcialmente por meio de hedge natural, decorrente das aplicações:

Instrumento Financeiro	Fator de Risco	Consolidado - 30 de junho de 2026		Controladora - 30 de junho de 2026	
		Impactos no resultado Cenário provável - 1,75%		Impactos no resultado Cenário provável - 1,75%	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Aplicações financeiras	Queda na taxa de juros	298.244	(746)	211.774	(529)
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de juros	(48.695)	122	(48.695)	122
Posição Líquida		249.549	(624)	163.079	(408)

Com base nas movimentações do mercado financeiro brasileiro, a Companhia entende que haverá um ciclo de ajustes na taxa SELIC, com perspectiva de queda gradual, fechando 2026, em torno de 14%.

A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia.

Gestão de capital

A política da Companhia e suas controladas é resguardar uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Total do passivo	363.300	396.092	239.994	269.574
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(343.002)	(316.071)	(253.933)	(243.526)
Dívida líquida (A)	20.298	80.021	(13.939)	26.048
Total do patrimônio líquido (B)	1.478.715	1.386.244	1.478.715	1.386.244
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	1,4%	5,8%	-0,9%	1,9%

A Companhia não alterou sua abordagem à administração de capital durante o período.

23 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R\$1.168.151 em 30 de junho de 2026 e R\$1.157.453 em 31 de dezembro de 2025, e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2025, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R\$40.995, conforme ata de reunião do conselho de administração.

Em 19 de dezembro de 2025, houve outro aumento de capital através da reversão da reserva de lucros, no montante de R\$80.914.

Em 29 de abril de 2026, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R\$10.698, conforme ata de reunião do conselho de administração.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores.

	Consolidado e Controladora	
	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	92.498	50.855
Quantidade de ações ordinárias - milhares	197.594	197.594
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,47	0,26

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Em 31 de dezembro de 2025, foi atribuído R\$36.550 de juros sobre o capital próprio (líquido do imposto de renda retido na fonte) e R\$42.394 de dividendos a pagar, ao quais em 30 de junho de 2026 já foram pagos R\$27.185 e R\$5.050 respectivamente.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações para reserva legal e dividendos, sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro.

Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

24 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	523.189	919.590	500.465	895.068
Vendas Mercado Externo	5.462	8.169	2.050	9.927
	528.651	927.759	502.515	904.995
Menos:				
Impostos sobre vendas	(75.625)	(138.613)	(77.969)	(139.830)
Descontos concedidos	(394)	(1.186)	(1.236)	(2.125)
Devoluções e abatimentos	(13.365)	(20.958)	(5.716)	(13.333)
Total da receita operacional líquida	439.267	767.002	417.594	749.707
Controladora				
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	316.264	576.710	357.669	674.024
Vendas Mercado Externo	5.269	9.948	2.041	8.669
	321.533	586.658	359.710	682.693
Menos:				
Impostos sobre vendas	(47.407)	(88.849)	(58.673)	(110.730)
Descontos concedidos	(103)	(240)	(498)	(823)
Devoluções e abatimentos	(8.773)	(11.865)	(3.218)	(8.477)
Total da receita operacional líquida	265.250	485.704	297.321	562.663

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional. Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita líquida com o mercado interno consolidada por canal de distribuição, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Canal				
Multimarcas	274.274	468.554	251.766	448.783
Franquias	125.828	227.332	126.255	222.139
Lojas de departamento	23.872	42.685	28.819	53.524
Private label	2.295	5.494	2.701	4.807
E-commerce	7.536	14.768	6.003	10.527
Receita mercado interno	433.805	758.833	415.544	739.780
Receita mercado externo	5.462	8.169	2.050	9.927
Receita líquida total	439.267	767.002	417.594	749.707
Receita mercado interno	509.430	897.446	493.513	879.610
Receita mercado externo	5.462	8.169	2.050	9.927
Receita	514.892	905.615	495.563	889.537
Deduções da receita (impostos)	(75.625)	(138.613)	(77.969)	(139.830)
Receita líquida total	439.267	767.002	417.594	749.707

25 Custos dos produtos vendidos

	Consolidado				Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(165.519)	(285.345)	(169.760)	(278.047)	(100.483)	(189.436)	(129.427)	(242.012)
Despesas com pessoal	(108.421)	(205.909)	(98.810)	(196.672)	(65.978)	(124.696)	(61.940)	(122.546)
Depreciação e amortização	(12.148)	(24.249)	(11.033)	(21.911)	(9.047)	(17.933)	(8.228)	(16.356)
Energia elétrica	(7.183)	(13.624)	(7.098)	(13.837)	(3.270)	(5.900)	(3.745)	(7.277)
Outros	331	(483)	(4.997)	(7.626)	2.370	3.092	(2.698)	(4.424)
	<u>(292.940)</u>	<u>(529.610)</u>	<u>(291.698)</u>	<u>(518.093)</u>	<u>(176.408)</u>	<u>(334.873)</u>	<u>(206.038)</u>	<u>(392.615)</u>

26 Despesas com vendas

	Consolidado				Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas com fretes e serviços prestados	(17.757)	(30.750)	(17.432)	(32.101)	(8.525)	(15.147)	(10.845)	(18.740)
Comissões sobre as vendas	(19.363)	(31.666)	(17.952)	(34.055)	(11.361)	(19.203)	(11.860)	(21.629)
Despesas com pessoal	(14.207)	(27.617)	(15.197)	(28.439)	(9.083)	(17.622)	(10.066)	(18.827)
Propaganda e publicidade	(5.312)	(10.039)	(6.529)	(12.863)	(3.543)	(7.189)	(5.931)	(11.506)
Direitos autorais	(342)	(1.012)	(638)	(1.153)	(265)	(860)	(553)	(976)
Materiais de consumo	(2.958)	(5.643)	(4.146)	(7.680)	(1.262)	(2.181)	(2.202)	(3.979)
Depreciação e amortização	(1.336)	(2.586)	(1.127)	(2.257)	(514)	(945)	(387)	(759)
Outras	(2.893)	(4.369)	(377)	(697)	(1.167)	(1.976)	(226)	(515)
	<u>(64.168)</u>	<u>(113.682)</u>	<u>(63.398)</u>	<u>(119.245)</u>	<u>(35.720)</u>	<u>(65.123)</u>	<u>(42.070)</u>	<u>(76.931)</u>

27 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado				Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas com pessoal	(13.403)	(25.872)	(13.127)	(24.910)	(9.347)	(17.653)	(9.220)	(16.848)
Serviços prestados e outros	(7.092)	(12.711)	(7.777)	(13.084)	(5.318)	(9.692)	(6.573)	(11.008)
Despesas com dirigentes	(1.491)	(3.052)	(1.507)	(3.034)	(1.491)	(3.052)	(1.507)	(3.034)
Despesas gerais	(4.188)	(7.697)	(3.824)	(7.578)	(2.620)	(4.975)	(2.352)	(4.976)
Depreciação e amortização	(608)	(1.277)	(1.106)	(2.395)	(481)	(1.020)	(987)	(2.156)
	<u>(26.782)</u>	<u>(50.609)</u>	<u>(27.341)</u>	<u>(51.001)</u>	<u>(19.257)</u>	<u>(36.392)</u>	<u>(20.639)</u>	<u>(38.022)</u>

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado				Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Outras receitas operacionais								
Receitas eventuais	150	300	178	356	150	300	178	356
Recuperação de despesas	(914)	6.065	-	-	(1.013)	1.031	-	-
Reversão para demandas judiciais	158	1.071	368	13.339	-	-	-	12.851
Venda de ativo fixo	6	6	1.075	1.158	-	490	23	77
Receitas de aluguéis	57	113	55	108	98	196	60	121
Outras receitas	<u>(3.011)</u>	<u>1.071</u>	<u>4.687</u>	<u>4.940</u>	<u>135</u>	<u>832</u>	<u>4.688</u>	<u>4.940</u>
Total de outras receitas	<u>(3.554)</u>	<u>8.626</u>	<u>6.363</u>	<u>19.901</u>	<u>(630)</u>	<u>2.849</u>	<u>4.949</u>	<u>18.345</u>
Outras despesas operacionais								
Provisão para demandas judiciais	(2)	(229)	-	(1.097)	-	-	-	-
Reversão de créditos fiscais	-	-	(699)	(9.240)	-	-	4.236	(3.900)
Indenizações	44	(259)	(401)	(547)	13	(71)	(396)	(396)
Custo de imobilizado baixado	(1.045)	(1.978)	(6.014)	(6.069)	-	(1.357)	(6.014)	(6.069)
Outras despesas operacionais	<u>1.723</u>	<u>(1.770)</u>	<u>(1.619)</u>	<u>(1.924)</u>	<u>(1.391)</u>	<u>(1.624)</u>	<u>(5.851)</u>	<u>(5.958)</u>
Total de outras despesas	<u>720</u>	<u>(4.236)</u>	<u>(8.733)</u>	<u>(18.877)</u>	<u>(1.378)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>(8.025)</u>	<u>(16.323)</u>
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(2.834)</u>	<u>4.390</u>	<u>(2.370)</u>	<u>1.024</u>	<u>(2.008)</u>	<u>(203)</u>	<u>(3.076)</u>	<u>2.022</u>

29 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado				Controladora			
	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025		30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita financeira:								
Receita sobre aplicação financeira	9.444	18.845	7.323	14.954	7.036	14.131	5.979	12.568
Juros recebidos	3.292	7.282	2.656	5.043	2.351	4.610	1.519	2.851
Descontos obtidos	14	45	26	82	-	1	21	38
Reversão de provisão	14	14	188	188	14	14	140	140
Ganho de variação cambial	998	1.311	174	174	-	-	-	-
Total das receitas financeiras	13.762	27.497	10.367	20.441	9.401	18.756	7.659	15.597
Despesa financeira:								
Despesas de juros sobre passivos	(3.960)	(7.755)	(3.015)	(6.025)	(2.203)	(4.486)	(1.711)	(3.461)
Perda de variação cambial	(1.166)	(2.367)	(1.265)	(2.195)	(293)	(1.147)	(1.087)	(2.012)
Descontos concedidos	(1.248)	(2.040)	(1.554)	(3.682)	(905)	(1.524)	(886)	(2.091)
Tributos sobre operações financeiras	(548)	(1.141)	(683)	(1.323)	(390)	(800)	(460)	(836)
Outras despesas	(356)	(642)	(431)	(742)	(190)	(352)	(275)	(484)
Total das despesas financeiras	(7.278)	(13.945)	(6.948)	(13.967)	(3.981)	(8.309)	(4.419)	(8.884)
Financeiras líquidas	6.484	13.552	3.419	6.474	5.420	10.447	3.240	6.713

30 Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Adições totais de imobilizado e intangível				
Adição de imobilizado	27.710	30.517	23.378	23.774
Adição de intangível	5.699	3.386	5.699	3.081
Efeitos que não envolvem caixa				
Adição direito de uso	(4.476)	(1.494)	(2.078)	(2)
Total de adições conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>28.933</u>	<u>32.409</u>	<u>26.999</u>	<u>26.853</u>

* * *

Diretoria

Carlos Alberto Mazzeu

Diretor-presidente

João Daniel Buoro

Diretor financeiro e Diretor de RI

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente

Altamiro Boscoli

André Antunes Soares de Camargo

Daniela Lupo Stella

Elvio Lupo Junior

Hugo Aleksandro Vasconcelos Rodrigues

Liliana Aufiero

Ricardo Lupo

Contadora

Lisiane Uesono

CRC/SP nº 1SP 256905/O-0